

# Formar para as relações étnico-raciais: as ações do programa de incentivo à licenciatura

## Autores:

### Ana Cristina Silva Daxenberger

Doutora em Educação Escolar pela UNESP, Professora Associada III da UFPB

### Pedro Henrique Felix da Silva

Licenciado em Ciências Biológicas pela UFPB. Ex-bolsista do Prolicen/UFPB

### Thamisis Maia de Medeiros Bezerra

Bacharel e Licenciada em Ciências Biológicas pela UFPB. Ex-bolsista do Prolicen/UFPB

### Raiane dos Santos Silva

Licencianda em Ciências Biológicas pela UFPB. Membro do Prolicen/UFPB

### Jessiane Bezerra Gomes

Licencianda em Ciências Biológicas pela UFPB. Ex-Membro do Prolicen/UFPB e Membro do Residência Pedagogia/UFPB

DOI: 10.58203/Licuri.20897

## Como citar este capítulo:

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva et al. Formar para as relações étnico-raciais: as ações do programa de incentivo à licenciatura. In: FEITOZA, Denise Magalhães Azevedo (Org.). **Pesquisas e saberes em Educação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 87-96.

ISBN: 978-65-85562-08-9

## Resumo

Educar para as relações étnico-raciais tem sido essencial para o enfrentamento à discriminação, ao preconceito e ao racismo, e está previsto nas leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008. Considerando o que se espera em preceitos legais, o presente artigo tem por objetivo apresentar as ações desenvolvidas no Programa de Incentivo à Licenciatura (Prolicen), desenvolvido no curso de Ciência Biológicas, no Campus de Areia, da Universidade Federal da Paraíba, durante o ano de 2022. As ações desenvolvidas, além dos estudos teóricos e debates, foram práticas educativas em duas escolas públicas, sendo uma de 9º ano e 1º ano de ensino médio, com 8 encontros junto aos educandos da educação básica. Podemos afirmar que a experiência no Prolicen, pelos graduandos possibilitou reflexões e a construção de práticas antirracistas em espaços educativos distintos, fomentando discussões sobre a identidade afro-brasileira e indígena, além de possibilitar a compreensão sobre a responsabilidade profissional e política dos envolvidos no combate ao racismo, a valorização da cultura afro-indígena brasileira e no fomento a práticas exitosas na perspectiva decolonial do currículo.

**Palavras-chave:** Prática antirracista. Inclusão social. Identidade afro-brasileira. Identidade indígena

## INTRODUÇÃO

No dia 09 de janeiro deste ano, a Lei 10.639 completou 20 anos de promulgação, e ainda há muito o que se fazer para desconstruir estereótipos, reformular a compreensão colonial do desenvolvimento do Brasil e enfrentar o epistemicídio curricular sobre as contribuições da povos africanos na diáspora africana. Devemos também citar a lei 11.645/2008 que altera a Lei de Diretrizes e Base Nacional, para a inclusão de componentes obrigatórios sobre os povos indígenas. Essas legislações modificaram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN) - nº 9.394/96 - e merecem destaque, pois passamos a dar vozes a todos que contribuíram no desenvolvimento do Brasil, assim como viabilizou o reconhecimento da diversidade cultural presente em nosso território construindo, assim, uma proposta curricular decolonial das relações. (BRASIL, 2003, 2008; BRASIL, CNE Nº 1, 2003, BRASIL, 2018)

Sobre o epistemicídio, Santos (1995) descreve-o como uma prática que se caracteriza pelo sistêmico apagamento do pensamento e das contribuições de povos originais e negros, em diferentes lugares do mundo, em função de uma suposta supremacia científica europeia, e conseqüentemente de seu modo de ser e estar no mundo. Ao invisibilizar as produções e contribuições destes grupos (africano e indígenas), a política de enfraquecimento e desvalorização da cultura se faz presente e se constrói uma sociedade excludente ou aculturadora. Assim se expressa Santos (1995, p. 238)

[...] epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais. (Santos, 1995, p. 328).

No Brasil, a prática do epistemicídio, se consolidou na história e também esteve no currículo ao se pautar propostas curriculares que contemplavam a formação baseada nos pressupostos do colonizador e fortalecendo sempre os estereótipos e discriminação sobre os colonizados e os escravizados.

Ao longo da história da educação brasileira, tivemos um currículo escolar pautado em um modelo eurocêntrico que por muitas vezes silenciou algumas parcelas da população brasileira e sempre trabalhou na perspectiva do colonizador. Sobre isso, podemos apontar a imagem do negro nos livros que por muitas vezes foi associada ao escravizado e ao do “índio” como preguiçoso e não trabalhador; assim como o processo de cristianização e aculturação europeia como único modelo civilizatório possível para o desenvolvimento do país; o embranquecimento dos corpos e identidades, dentre outros elementos (SKIDMORE, 2012; FERREIRA E SILVA, 2020, 2015, MUNANGA, 2012, 2022; SCHWARZ, 1993).

Criticando todos esses elementos de um currículo colonizador, patriarcalizado, racializado, eteronormativo e ocidentalizado, como Ferreira e Silva (2020) já apontavam, é que elaboramos um projeto de incentivo à licenciatura (Prolicen) com foco na formação humana de enfrentamento ao racismo e ao fortalecimento da identidade afro-brasileira e indígena. Compreendendo que a formação política e profissional deve ser feita ao longo da formação universitária, o Prolicen da Universidade Federal da Paraíba, sob título “Formação docente na perspectiva da educação das relações étnico-raciais: contribuindo para as discussões dos aspectos exigidos pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008” já tem sido desenvolvido há cinco anos. O objetivo central deste projeto é contribuir na formação do licenciando em Ciências Biológicas, de maneira que ele possa compreender sobre a importância da temática e oportunizar a construção de práticas junto à educação básica em relação ao fortalecimento da identidade afro-brasileira e indígena e trazer elementos histórico-social para a compreensão e valorização das culturas destes povos dentro de espaço escolar.

Sobre isso, Silva e Chagas (2015), bem como Daxenberger e Costa (2015) e Nunes (2015) já apontavam sobre a importância da inclusão desta discussão na formação docente e sobre a lacuna ainda presente dentro dos ambientes da educação básica, sobretudo, pela falta de conhecimento de docentes em relação aos aspectos legais, e sobre responsabilidade social sobre este eixo. Esta temática é responsabilidade de todos os agentes educativos, não sendo somente da área de Língua Portuguesa, História ou Artes, e em datas celebrativas. O que se identifica, muitas vezes, é a falta de uma política pública nos sistemas educacionais que contemple o enfrentamento ao racismo e o reconhecimento da diversidade brasileira como elemento essencial no seu projeto político pedagógico (DAXENBERGER e COSTA, 2015; NUNES, 2015).

Considerando isto, o presente artigo tem por objetivo apresentar as ações

desenvolvidas no Programa de Incentivo à licenciatura (Prolicen), desenvolvido no curso de Ciência Biológicas, no Campus de Areia, da Universidade Federal da Paraíba, durante o ano de 2022.

## METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido no Prolicen, durante o ano de 2022, com quatro estudantes de licenciatura em Ciências Biológicas, da UFPB. Eles foram selecionados pelo interesse na temática e pela possibilidade de apreenderem sobre o enfrentamento ao racismo e a articulação de práticas que pudessem levar aos estudantes de duas escolas públicas, no município de Areia, estado da Paraíba, conhecimentos de valorização à cultura afro-brasileira e indígena.

Ambas as escolas abrangiam o ensino fundamental e médio, sendo desenvolvidas as ações em uma turma de 9º ano e outra no 1º ano médio, respectivamente. Antes de desenvolverem as ações, o grupo de licenciandos passou por momentos formativos com a coordenadora do projeto de maneira a refletir sobre elementos fundantes que sustentam a Educação para as relações Étnico-raciais; sobre práticas antirracistas e enfrentamento às discriminações; de valorização as culturas negra e indígena; compreensão sobre os aspectos legais; além de debates sobre os diferentes tipos de racismo e como ele se apresenta na sociedade brasileira, a partir de estudos sobre a realidade. Os momentos formativos ocorreram a cada 15 dias, de maio a julho, no qual cada integrante se tornava o debatedor do texto com a intervenção da coordenadora do projeto e participação de todos nas discussões. Após esta etapa, o grupo foi desafiado a pensar e elaborar práticas que pudessem desenvolver na educação básica e se dividiram em duas equipes: uma com a intenção de trabalhar a questão afro-brasileira e a outra visando à ressignificação cultural sobre a figura indígena.

Os encontros nas escolas foram semanais, divididos em oito momentos. Durante as aulas com os estudantes, os professores regentes de sala acompanharam as ações e tiveram as atividades do Prolicen como atividades desenvolvidas dentro do projeto da escola, as quais foram inclusive destacadas na celebração do dia 20 de novembro do 2022: Dia da Consciência Negra. O grupo também produziu uma mostra cultural sobre os escritores e compositores negros, destacando a importância de personalidades negras ilustres na sociedade, no qual ficou em exposição durante um mês na Biblioteca Setorial

Francisco Tancredo Torres, do Centro de Ciências Agrárias (CCA)/UFPB. Vale lembrar que esta mostra fez parte das atividades da Semana de Valorização da Cultura Afro-brasileira, no município, com a participação de professores das escolas públicas e privadas e ações no referido Campus.

Apontamos também a produção de dois Trabalhos de Conclusão de Curso na mesma temática pelos estudantes do Prolicen concluintes e a escrita de 2 artigos científicos publicados, além da apresentação no Encontro de Iniciação à Docência da UFPB.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os objetivos do Prolicen, conforme o edital da PRG, tivemos por objetivo:

- a) contribuir para a constante melhoria da qualidade dos cursos de licenciaturas da Instituição;
- b) incentivar a permanência dos estudantes nos cursos de licenciaturas da Instituição;
- c) contribuir para a efetivação da articulação entre os cursos de licenciatura da Instituição e as escolas de educação básica públicas do estado da Paraíba;
- d) estimular o desenvolvimento e uso de metodologias de ensino, tanto no âmbito da prática do professor-formador quanto na preparação do licenciando para o exercício da docência e a realização de atividades pedagógicas no âmbito da educação formal e não formal. (edital Prolicen, 2022, s/p)

Por esses motivos, é que a participação dos alunos de graduação nesse projeto, ao poderem articular teoria e prática entre as diferentes disciplinas propostas na matriz curricular, poderá contribuir e consolidar a formação dos futuros professores de Biologia, na área dos estudos étnico-raciais. A hipótese apresentada partiu do princípio de que as várias disciplinas do currículo dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, e o projeto PROLICEN poderiam proporcionar sólida formação ao futuro professor e poderia contribuir ainda para a efetivação de práticas inclusivas e antirracistas respeitando,

sobretudo, a diversidade humana dentro de escolas, por meio da compreensão teórica e legal.

Com as ações desenvolvidas no Prolicen, podemos afirmar que os objetivos propostos inicialmente pelo programa consideram os aspectos integradores formativos na área de estudos étnicos vinculados ao que se espera na formação docente e está prevista na Resolução nº 1 do CNE de 2019, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de licenciandos.

Nesta resolução, encontramos apontamentos que exigem uma sólida formação no tocante aos conhecimentos teórico-práticos e que estão associados aos pressupostos teórico-filosóficos presentes na BNCC (2018). Sobre isso, os resultados oriundos do Prolicen atingiram os objetivos ao termos, como avaliação dos licenciandos, que os estudos teóricos assim como a construção de práticas dentro das escolas proporcionaram momentos formativos de reflexão, formação política e social. Além disso, foi reconhecido a responsabilidade docente no tocante ao fortalecimento das identidades afro-brasileira e demais, valorizando suas culturas e pensando na prática do ensino em Ciências sob o olhar decolonizador, identificando elementos históricos, científicos e culturais associados a área de estudos e formação.

Como exemplo disso, o ensino de genética, evolução das espécies, técnicas e conhecimentos de cuidados com a saúde, plantas medicinais e Etnobotânica ou Etnobiologia que podem ser inseridas e desenvolvidas no currículo escolar como se espera as leis 10.639/03 e 11.645/08.

Em relação ao resultados alcançados nas práticas desenvolvidas na escola, identificamos que inicialmente, ao serem questionados sobre sua autoidentificação, a maioria dos estudantes não se reconheciam como afro-brasileiros, devido, ao que pressupomos, a Política de embranquecimento que o Brasil implantou desde o século XIX e XX, e que ainda temos como herança a grande dificuldade de se autoconhecer como sujeito formado pela miscigenação intercultural dos diferentes povos que constitui este país. (MUNANGA, 2012, 2022).

Na escola onde se trabalhou a desmitificação da figura indígena, durante uma atividade de construção de desenhos, sempre houveram a presença de elementos como o uso do cocar, as vestimentas e seus adereços, pinturas corporais, uso de arco e flecha, e acessórios como colares, brinco e pulseira. O que nos possibilitou afirmar que muitas das representações feitas pelos estudantes, em folha A4, é a imagem da figura do indígena

pré-definido de maneira a idealizá-lo e estereotipalizá-lo. Como já foi dito em outros estudos: “Enfiaram na cabeça da maioria dos brasileiros uma imagem de como deve ser o índio: nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. E essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento”. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 2017, p. 6) Alguns desenhos apresentaram o local e ambiente em que ele estava inserido, e este sujeito sempre foi correlacionado ao ambiente terra (floresta), sem discutir sobre as problemáticas sociais que estes enfrentam na sociedade, atual, capitalista.

Sobre o ensino da identidade afro-brasileira, já em outra escola, o grupo propôs a abertura de discussão a partir de letras musicais, as quais apresentavam problemáticas sociais em que a população negra vivencia. Destacamos a música “A carne”, abordando, principalmente a desigualdade racial e, em seguida, trouxemos os aspectos históricos da cantora e mulher negra, Elza Soares. A aula abordou sua biografia e como seu trabalho foi importante para a militância negra. Feito isso, foi apresentada a música, a partir da exibição do videoclipe, havendo a distribuição da letra musical impressa. Feito isso foi construído um diálogo em torno da música, destacando como a mesma é forte e repleta de mensagens riquíssimas.

Destacamos este momento para descrever como o debate e a necessidade do trabalho educativo para fortalecer a identidade se faz necessária dentro das escolas, pois foi a partir desta música que os estudantes conseguiram compreender o trecho “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, com a associação ao racismo que esta população enfrenta. Explicitaram sobre o negro não ter valor para algumas pessoas da sociedade e as discriminações raciais que eles podem sofrer em determinadas situações sociais, sejam elas na escola, no trabalho, no lazer, no esporte ou outros. Destacamos ainda que conseguiram analisar a frase da música “Que vai de graça para o presídio e para debaixo do plástico”, mostrando reconhecer os dados que comprovam que a maior taxa de homicídios do nosso país é de pessoas pretas ou pardas, como de denuncia na obra teórica “As interfaces do genocídio no Brasil: raça, gênero e classe, organizada por Feffermann *et al.* (2018).

Ao se trazer tais situações nas reuniões de acompanhamento com a coordenadora do projeto, estes elementos foram socializados e debatidos pelos licenciandos, os quais conseguiam apresentar outras discussões para o favorecimento de novas práticas educativas junto aos estudantes da educação básica envolvidos no Prolicen.

Em nosso entendimento, as práticas elaboradas pelos participantes trouxeram outra visão sobre os elementos curriculares apresentados, de maneira a reconstruir informações e saberes associados à identidade afro-brasileira e indígena e ao enfrentamento ao racismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as reflexões e dados obtidos durante a realização do projeto, nota-se que é essencial que a educação para às relações étnico-raciais seja discutida e implementada no processo escolar, garantindo não só a execução das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, mas também o fortalecimento da identidade afro-brasileira e indígena, que contribui para a redução de preconceitos e discriminações.

Ainda, o projeto pôde auxiliar na formação dos estudantes envolvidos, possibilitando colocar em prática os conteúdos abordados ao longo da graduação, salientando que o projeto aqui relatado possibilitou aos educandos enxergar as possibilidades na abordagem da temática em sala, além do compromisso social e política como professor transformador da realidade local dos estudantes. Vale lembrar que, além da formação profissional, o projeto também contribuiu na formação pessoal dos licenciandos, desenvolvendo uma consciência crítica em relação aos temas raciais e étnicos, bem como habilidades interculturais, o que facilitou a articulação de estratégias para se trabalhar com pessoas de diferentes culturas. Por este motivo, destacamos a importância de projetos de incentivo à licenciatura como Prolicen, os quais poderão contribuir de maneira interdisciplinar, teórico-prática com estudos de componentes curriculares compatíveis com o que está previsto na BNCC e nas diretrizes curriculares de formação docente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n° 9.396**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 22 de maio 2022.



BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: Mec. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Acesso em 11 de abril de 2023.

BRASIL. **Resolução 1º** do Conselho Nacional de Educação que institui as Diretrizes para o Ensino da História da África e suas contribuições a cultura brasileira. Brasília: CNE, 2003.

BRASIL. Lei nº 10.630, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394. Casa Civil. Casa Civil: Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 23 maio 2022.

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva. SÁ SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de. SILVA, Magna Lúcia da (Organizadores). **Educação E Etnicidade: Diálogos Interdisciplinares** - João Pessoa: Editora da UFPB, 2017. 197 p.: il. Acessado em: 20/05/2022. Disponível em: <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/114/9/362-1?inline=>>>.

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva, COSTA, Renata Savana Dias da. Um olhar avaliativo sobre a implementação das \Leis 10.639 e 11.645 em escolas da rede pública municipal na cidade de Remígio/PB. In DAXENBERGER, Ana Cristina Silva, SÁ SOBRINHO, Rosivaldo Gomes. **A diversidade como princípio dos estudos étnico-raciais**. João Pessoa: Ed. Tempo, 2015, 179 p.

FERREIRA, Michele Guerreiro, SILVA, Jassen Felipe. Currículo e educação das relações étnico-raciais: elementos para a construção de práxis curriculares antirracistas, in RODRIGUES, Ana Claudia da Silva, ALBINO, Ângela Cristina Alvez, SÚSSEKIND, Maria Luiza. **Democracia, Educação e Políticas curriculares nas pesquisas com currículo**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 79-99.

FEFERMANN, Marisa et. all. **Interface do genocídio no Brasil: raça, gênero e classe**. São Paulo: Instituto de Saúde. 2018, 496 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia Do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <[http://www.lettras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.lettras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf)>. Acessado em: 05 maio 2022

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho D'água, 2001, 120 p.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019, p. 473.

MUNANGA, K. (1990). **Negritude Afro-Brasileira: Perspectivas E Dificuldades**. Revista De Antropologia, 33, 109-117. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1990.111217>>. Acessado em: 03 jun. 2022

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos E Sentidos/** Kabengele Munanga. - 3. ed. - 1. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. - (coleção Cultura Negra e Identidade)

NUNES, Cicera. A importância da formação docente para o trabalho com a diversidade étnico-racial. In DAXENBERGER, Ana Cristina Silva, SÁ SOBRINHO, Rosivaldo Gomes. **A diversidade como princípio dos estudos étnico-raciais**. João Pessoa: Ed. Tempo, 2015, 179 p.

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930**. São Paulo: Companhia da letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, “As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro”. In **Raça e Diversidade**, Op. Cit. nota 32, p. 174.

SILVA, Leonardo Sousa da, CHAGAS, Waldeci Ferreira. Práticas pedagógicas e relações étnico-raciais para o fortalecimento da identidade negra na escola Anna Elisa Sobreira. In DAXENBERGER, Ana Cristina Silva, SÁ SOBRINHO, Rosivaldo Gomes. **A diversidade como princípio dos estudos étnico-raciais**. João Pessoa: Ed. Tempo, 2015, 179 p.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

UFPB. **Edital do Prolicen**. João Pessoa: Pró-reitoria de Graduação, 2022.